

## ATA DA 22ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DOS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e oito, às treze horas e trinta minutos, em primeira chamada, reuniram-se no auditório do Parque Nacional de Aparados da Serra em Cambará do Sul / RS, os membros do Conselho Consultivo dos PN's de Aparados da Serra e da Serra Geral, para tratar dos seguintes assuntos: 1-Projeto de asfaltamento da CS 012 (estrada de acesso do Cânion Fortaleza); 2- Metodologia para renovação dos membros do Conselho; 3- Debate sobre o andamento da implantação do ICMBio e consequência para as UC's; 4- Implementação do GVBS (Grupo Voluntário de Busca e Salvamento); 5- Debate sobre a Criação do RVS (Refúgio de Vida Silvestre do Rio Pelotas e Campos de Cima da Serra), 6- Informes gerais. Abrindo a reunião, o presidente do Conselho Consultivo lê a ata da 21ª reunião, sendo a ata em seguida aprovada pelos presentes, sem alterações.

Em seguida, como primeiro item da pauta, se inicia o debate sobre a importância da obra de asfaltamento da CS 012, que liga Cambará do Sul até o Cânion Fortaleza, onde são informados os seguintes detalhes: 01) a etapa inicial do projeto, já concluída com recapeamento asfáltico e sinalização, está localizado fora da Zona de Amortecimento e foi licenciado pela FEPAM, sendo que no processo de licenciamento, foi elaborado parecer pelos técnicos das unidades de conservação impactadas pela obra; 02) A etapa final da obra que é a continuação até os limites do PNSG, encontra-se em processo de licenciamento pela FEPAM, sendo que já foi elaborado parecer pelos técnicos do ICMBio, para que seja emitido o termo de referência pela FEPAM, para se iniciar os Estudos de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA). Após aprovação do RIMA, o próximo passo é a liberação da licença prévia pela FEPAM, não sem antes passar por novo parecer técnico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. O Presidente do Conselho relata que em razão do provável aumento do número de visitantes na Unidade com o melhoramento do acesso, foi alterado o Plano de Trabalho da Compensação Ambiental da SEIVAL Termoelétrica, para construção de um Centro de Apoio ao Visitante na entrada do PNSG, sendo que o termo de compromisso com a empresa já foi assinado, mas que sua execução tem sido dificultado pelas constantes alterações na gestão do instituto responsável pelas UC's federais. Também existem recursos da compensação ambiental do asfaltamento da SC450 (Serra do Faxinal) para adequação das trilhas e sinalização das UC's. Surgiram diversas sugestões dos membros do Conselho, para que a compensação ambiental desta obra seja voltada totalmente para as questões fundiárias da Unidade, fato que não pode ser alterado, sendo que já estão destinados R\$ 2,1 milhões para a regularização fundiária e mais R\$ 500 mil para a implementação das unidades, conforme plano de trabalho já mostrado ao Conselho em assembleias anteriores. Também foi relatado que existem mais recursos destinados à regularização fundiária, conforme já relatado em assembleias anteriores, de outras obras licenciadas em SC e RS. O representante da EPAGRI de Praia Grande, Eng. Rogério sugeriu que na elaboração do Termo de Referência para as obras previstas, seja incluídas técnicas de bio-construção para as construções previstas. Foi relatado que são encaminhados diversos memorandos solicitando parecer da Diretoria das Unidades de Proteção Integral quanto ao andamento das compensações ambientais, bem como posicionamento frente às alterações impostas pelo asfaltamento do acesso ao cânion Fortaleza, e foi sugerido que os membros do conselho também façam o encaminhamento das consultas através dos representantes políticos de cada entidade.

Partindo para o segundo item da pauta, foi discutida a metodologia a ser usada na renovação do Conselho, pois já se passam 2 anos da última renovação. Foi colocada em discussão a ampliação do número de membros nos comitês setoriais, bem como a forma como será feito o rodízio dos membros titulares, considerando inclusive as regras do regimento interno que falam sobre a participação dos membros titulares dentro dos comitês setoriais. O presidente do conselho informa que, com a alteração do instituto gestor da unidade, é o momento adequado para edição de uma nova portaria, alterando todos os membros e adequando o regimento interno à portaria de nomeação dos conselheiros. A

Secretaria de Turismo, através da Sra. Novembrina sugere a retirada dos órgãos que não se fazem presentes nas reuniões, mas o presidente informa que não altera a proporção de participação dos órgãos governamentais, sendo que esta distribuição foi definida nas primeiras assembleias, e sua vaga é fixada através da primeira portaria, o que já não acontece com os comitês setoriais, que não aparecem na portaria. É comentado sobre a ausência de entidades do setor turístico dos municípios do entorno das UC's, que possivelmente participariam mais se houvesse o espaço de um comitê setorial específico. Seguem comentários sobre a participação das universidades no comitê setorial de pesquisa, ensino e extensão, onde tem 4 representantes, e praticamente somente os titulares tem participado das assembleias. Novamente é explicado que a presença nas assembleias é obrigatória somente para os titulares, sendo que os suplentes são convidados através de mensagem eletrônica e os titulares são convocados por ofício e mensagem eletrônica. O presidente convoca para o compromisso de todos os conselheiros convidarem novas entidades para se inscreverem até a data da próxima assembleia, lembrando a todos também os documentos necessários, assim como também todos os membros serão convocados para a assembleia de junho, principalmente aqueles que não tem participado. Também é lembrado que deve ser obedecida a paridade entre estados para nomeação dos titulares dentro dos Comitês Setoriais. É realizado pré-agendamento para assembleia no dia 09 de junho, aproveitando também para explicar que como a primeira assembleia deveria ter sido realizada em Jacinto Machado, e depois foi remarcada e realizada na sede da unidade, então a próxima será realizada em Jacinto Machado, depois Praia Grande e a última do ano em Cambará do Sul. O representante da ACEVAM, questiona a distribuição das vagas no Comitê Setorial do Segmento de Turismo, onde muitos membros participam, mas apenas 02 são titulares, seguindo a discussão sobre um aumento no número de vagas titulares, distribuição e representatividade dentro dos Comitês Setoriais.

Como terceiro item, o presidente passa a fazer um relato sobre a implementação do ICMBio e seu desenvolvimento desde sua criação, iniciando com um relato dos trabalhos realizado até o momento pelo Sr. Sérgio Brant, que atua desde janeiro na Ação Civil Pública promovida pelo MPF de Criciúma com relação ao território quilombola, bem como no processo administrativo do INCRA-SC. Também relatou os trabalhos realizados pelo mesmo no processo indenizatório da borda norte do Cânion Fortaleza, onde atua como representante técnico do ICMBio no processo. Relata as causas da demora para início de novos procedimentos de regularização fundiária, convocando o conselho para manifestar-se a respeito da lentidão desse processo, junto à direção do instituto. Relata também as dificuldades operacionais ocasionadas pela falta de recursos financeiros, decorrentes principalmente pela lentidão na estruturação do ICMBio. Sr. Seno questiona sobre os dados de propriedades a serem indenizadas, valores e demais informações a respeito. Em resposta, o presidente informa qual o procedimento que deve ser seguido pela equipe de trabalho que encaminhará os processos baseados no levantamento fundiário que já existe, levantando somente os dados que ainda faltam dentro desse relatório. Após a explicação dada pelo presidente do conselho, sobre os motivos pela demora na execução das atividades de regularização fundiária, o Sr. Tadeu Santos (ONG Sócios da Natureza) questiona o não repasse dos recursos da medida compensatória das obras de duplicação da BR 101, e sugere o encaminhamento de um documento elaborado pelo Conselho Consultivo ao Sr. João de Deus Medeiros, Diretor de Áreas Protegidas do MMA que estará na consulta pública para criação do RVS em Timbé do Sul, no dia 02 de maio, onde devem ser questionados os destinos desse recurso.

Em seguida, o presidente convida o representante da Cânion Turismo a explicar ao Conselho, como está ocorrendo a criação do GVBS (Grupo Voluntário de Busca e Salvamento), que através de um programa do Ministério do Turismo chamado Aventura Segura, dentro dos diversos destinos na Serra Gaúcha, que escolheram como base do GVBS a cidade de Cambará do Sul. O grupo tem o apoio técnico do SEBRAE e da ABETA, que realizam a capacitação das empresas e entidades participantes. Josemar relata como tem sido a forma de implementação, os recursos disponíveis, as oficinas que já ocorreram e as futuras que já estão agendadas, além dos cursos a serem ministrados. Todas as informações estão no site [www.aventurasegura.com.br](http://www.aventurasegura.com.br) e [www.abeta.com.br](http://www.abeta.com.br). O presidente relata que o

GVBS é uma Ação Gerencial Geral do Plano de Manejo que está sendo implementada não pelo ICMBio, mas pelos interessados em oferecer passeios seguros, uma iniciativa de empresas e usuários da comunidade do entorno dos Parques Nacionais.

Em seguida, segue a apresentação do Refúgio de Vida Silvestre do Rio Pelotas e Campos de Cima de Serra, com os mapas e demais relatórios que são encontrados em versão completa no site do ICMBio. Explica também como deve ser implementada a unidade de conservação, as restrições dessa categoria e demais implicações, caso seja aprovada a criação da unidade. O Sr. Tadeu comenta que em reunião de planejamento do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Aguai, foi sugerido que, caso seja licenciada a Barragem do Rio do Salto, como medida compensatória seja ampliada a REBIO até os limites do PNSG, na área catarinense da escarpa da Serra Geral. Em seguida o Presidente apresentou o novo chefe do Parque Nacional da Serra Geral, o Analista Ambiental Adão Luiz da Costa Güllich, nomeado através de portaria em abril de 2008, relatando que num primeiro momento, a gestão compartilhada dos dois PN's ainda não oficializada, será gerenciada pelos 2 nomeados, exercendo a função quando da ausência do titular.

Finalizando, foi relatado o andamento do licenciamento da SC450 (Serra do Faxinal), para ser emitida em duas etapas, iniciando a primeira fase na cidade de Praia Grande até o ponto onde a estrada passa a ser o limite do PNSG, totalizando aproximadamente 8 km. Aproveita ainda para esclarecer que não houve destinação de recursos da duplicação da BR 101 – Trecho Sul para os 2 PN's, sendo que o Sr. Tadeu coloca que todos devem se mobilizar para que esses recursos não sejam devolvidos ou aplicados em unidades de conservação que nem serão afetadas pela obra, ficando definido que a reivindicação será encaminhada no ofício a ser entregue ao Sr. João de Deus, endereçado ao Presidente do ICMBio. É marcada ainda a reunião da Câmara Técnica de Credenciamento de Guias, para o dia 19 de maio, às 13:30 hs, no Centro de Visitantes Itaimbezinho, sendo que ainda será confirmada a realização da reunião.

Em seguida a reunião foi encerrada pelo Presidente do Conselho, não tendo nenhum assunto adicional a tratar.